

Paulo Ferreira da Cunha e a Ética Republicana

Fernando Pereira Marques¹

Uma das mais dramáticas consequências do longo período de totalitarismo que Portugal viveu no século XX foi, além da paralisia das dinâmicas de modernização, a quase total atrofia da sociedade civil no que concerne à afirmação da individualidade cidadã e à gestão da coisa pública. Por isso não admira que, passado o período fundador da democracia com o inevitável afastamento das elites que o sustentaram – até por razões geracionais –, hoje tenhamos no poder e na oposição da alternância uma classe política que se caracteriza por agir em função de um pragmatismo gestor e de curto prazo, sem valores nem referências ideológico-histórico-culturais.



O autor

Quando actuais governantes que, imitando o estilo norte-americano de exibicionismo pseudo-patriótico, ostentam na sua lapela a bandeira verde-rubra, fazem-no com preocupações de imagem e decerto por recomendação de conselheiros de *marketing*. Mas se lhes forem perguntar o que simbolizam essas cores e a sua origem não o saberão explicar, ou pelo menos são incapazes de se aperceber do seu significado, associado ao regime implantado (“implementado” dirão eles ou pelo menos a maioria) em 5 de Outubro de 1910. Data entretanto banalizada no calendário, pois chegou a pairar a ameaça de que ia deixar de ser feriado, na sequência de um negócio com a Santa Sé e em nome dos “superiores” objectivos da produtividade e da competitividade – argumento ridículo que não interessa aqui desmontar.

Claro que esses governantes são o produto da complexa construção de uma democracia sobre a terra queimada pós-totalitária – como dissemos atrás –, assim como também do fracasso dos que os precederam após o 25 de Abril, no que concerne à criação e transmissão de uma cultura democrática e republicana que emanasse das escolas, dos partidos e da vida cívica. Por isso, para eles, como para a maioria dos portugueses, a ideia de República esgota-se no facto do Chefe do Estado ser legitimado, no nosso caso, por sufrágio directo e universal.

Ora a República e o republicanismo são muito mais, como nos explica, de uma maneira sistemática e clara, Paulo Ferreira da Cunha no seu ensaio, saído há tempos, *Para uma Ética Republicana* (Lisboa: Coisas de Ler, 2010). A República, enquanto modo de gestão dos poderes e de relação entre governantes e governados,

¹. Diplomado pela EHESS de Paris, Doutor de Estado pela Universidade de Picardie/Amiens, Professor Catedrático Convidado em Ciência Política e História Contemporânea na ULHT de Lisboa (Aposentado) e Investigador Integrado no IHC da Universidade Nova de Lisboa.

começou a ganhar substância e sentido com a teorização da *polis* enquanto “comunidade de cidadãos” e a distinção entre regimes que visam o bem comum e regimes ao serviço do “bem particular” dos governantes feita por Aristóteles; ou com a *res publica* de Cícero, baseada no “consentimento” – elemento fundamental retomado depois pelo pensamento liberal –, na “comunidade de interesses” e na “sociabilidade natural”.

A ideia republicana viria a ressurgir no Renascimento, em particular com Maquiavel que – no *Discurso sobre a Primeira Década de Tito Lívio* – defende a superioridade da forma republicana de regime, sublinha a importância dos conflitos como condição de liberdade e afirma que só pode haver “bem comum” no *vivere libero*, no qual coincide o interesse da cidade e dos seus membros. Depois, como é sabido, reencontramos essa ideia no contratualismo de Rousseau, à luz da revolução americana em Thomas Paine e, sob os auspícios da revolução francesa, em Condorcet – só para citar estes nomes. Durante o século XIX, o desenvolvimento do capitalismo e a emergência de novas classes e problemáticas sociais, tornaram a ideia republicana nacionalista e patriótica com Mazzini, “associacionista” com Pierre Leroux, “solidarista” com León Bourgeois, mais tarde socialista com Jean Jaurès. Pode dizer-se que, entretanto, em consequência das derivas totalitárias e autoritárias do século XX, se assiste a uma renovação da ideia democrática através da ideia republicana em Arendt, com o seu primado da “*vita activa*”, em Habermas, em Rawls, em Pettit ou – e longe de ser exaustivo – num autor menos conhecido como Maurizio Viroli.

Paulo Ferreira da Cunha ajuda-nos a fazer todo o percurso – que eu resumi – mas, como o próprio título enuncia, sistematizando e analisando sobretudo a questão dos valores e das virtudes que constituem o património ético da ideia republicana e lhe dão hoje, mais do que nunca, uma enorme actualidade. Porque – como faz o autor – basta partir da consagrada tríade programática Liberdade, Igualdade e Fraternidade – a que se deverá acrescentar a indispensável Laicidade –, para se deduzir um projecto de construção do Estado e da sociedade onde se compatibilize a democracia, na sua dimensão formal, com a justiça social, a afirmação da individualidade cidadã com a responsabilidade cívica, assente no que se poderá designar por virtudes privadas. Isto graças, precisamente, ao exercício do poder e da autoridade norteado por virtudes públicas, como a “convicção e coerência políticas”, o “serviço e dedicação públicas”, o “desapego aos lugares públicos”, a “parcimónia pública e liberalidade privada”, o “despojamento, frugalidade e comedimentos pessoais”, a “constância, adaptabilidade inteligente e coerente”, o “legalismo inteligente e crítico”, mais o “respeito pelas leis como garantes de liberdade” (op.cit. pp. 187-192.).

Numa sociedade onde o enriquecimento ilícito, a corrupção, os “negócios”, no contexto mais geral de crise do ultraliberalismo, empurram para o empobrecimento, o agravamento das desigualdades e do atraso, para o descrédito das instituições democráticas, é, mais do que nunca, necessário lembrar, entre nós, que a I República pode ter fracassado em muita coisa, mas não na dimensão ética daqueles que estiveram na sua génese e nela tiveram papel mais relevante. Deste modo, além das virtualidades da ideia republicana, entendida em toda a sua riqueza consolidada no decurso da história, interessa cultivar a aprendizagem da sua dimensão ética e acentuar a importância em transmiti-la às novas gerações. Pois, como escreve Paulo Ferreira da Cunha: “O republicanismo não será, assim, uma ideologia radicalmente exclusora de outras, mas um vector ideológico sobretudo assente numa ética de serviço da comunidade e no anelo da fraternidade, capaz de potenciar e melhorar a qualidade e a coerência das várias ideologias democráticas, e de as levar mais além.” (ibid. p. 213)

Recebido para publicação em 07-06-20; aceito em 08-07-20